

Globalização, austeridade e movimentos sociais: de que lado nós estamos?

Globalisation, austerity and social movements: Whose side are we on?

Michael LAVALETTE¹

Introdução: “Um espectro está assombrando a Europa”

No Canadá, na Austrália, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, a violência neoliberal está mudando as economias, os sistemas de bem-estar social, as cidades e o papel, procedimento e atividades do assistente social nesse campo. Em cada um desses quatro países, a “rápida transferência de políticas” (MINTON, 2009) tem resultado no ‘compartilhamento’ de iniciativas entre os quatro regimes de bem-estar social, o que significa que o desenvolvimento em qualquer dessas sociedades é importante para analistas, teóricos e outros profissionais.

Além disso, o mantra ‘não há alternativa’ (à mercantilização, regimes de políticas neoliberais e contenção de despesas com políticas públicas) está sendo exportado para outras nações-Estado: num mundo globalizado de crises econômicas integradas, nos dizem, todos os países deverão, mais cedo ou mais tarde, seguir os passos dos “quatro neoliberais”. Por toda Europa, principalmente dentro da Zona Sul do Euro, cruéis medidas de

austeridade vêm sendo implementadas. Regimes de bem-estar social vêm sendo cortados, empregos perdidos e a vida dos mais pobres tem ficado muito pior (veja, por exemplo, Pantaraki [no prelo]).

Em 1848, Marx e Engels deram início ao *Manifesto Comunista* referindo-se ao “espectro assombrando a Europa”. Para eles, esse era o espectro da revolução, do desmantelamento do Capitalismo e do estabelecimento de um sistema baseado na atenção às necessidades humanas. Mas o espectro hoje não é o de uma liberação social imediata, mas o da ameaça de um neoliberalismo não reconstruído que é responsável pelos crescentes níveis de desigualdade, pobreza, sofrimento social, aliena-

¹ Doutor em Trabalho Infantil. Coordenador do Departamento de Social Work, Care and Justice na Universidade Liverpool Hope, Reino Unido. Coordenador nacional da Rede de Ação de Serviço Social, uma organização radical envolvendo pesquisadores, profissionais de Serviço Social e usuários dos serviços sociais. E-mail: <lavalem@hope.ac.uk>.

ção e violência social causada a muitos por poucos.

No entanto, a violência neoliberal não ficou sem resposta à altura. Nos dois últimos anos houve uma gama de movimentos sociais – em especial movimentos revolucionários no Oriente Médio e Norte da África (MENA), assim como a luta da classe trabalhadora grega contra a austeridade e o movimento *Occupy* na Europa e América do Norte, que começou a oferecer alternativas radicais em nome do interesse dos 99%.

Neste trabalho, pretendo analisar as tentativas atuais do governo da Grã-Bretanha para dismantelar o Estado de bem-estar social pós-guerra. O objetivo é em parte alertar e em parte argumentar que, internacionalmente, os assistentes sociais (acadêmicos e profissionais) e usuários de serviços sociais precisam se unir para defender o bem-estar social e público e para deixar claro que um sistema de bem-estar social alternativo e uma forma de serviço social alternativo são possíveis, apesar da força neoliberal que emana dos decisores políticos do governo.

A Doutrina do Choque da Grã-Bretanha

Aquilo que restou do Estado de bem-estar social britânico enfrenta a maior crise de todos os tempos (YEATES et al. 2011). A catástrofe econômica que começou no mercado de *subprimes* imobiliários dos EUA em 2007, se espalhou e engoliu o sistema bancário do

mundo ocidental em 2008, deixou o Estado britânico com um gigantesco problema de endividamento, porque os fundos do Estado foram usados para recuperar os bancos que estavam a caminho da falência. No final de 2010, o *déficit* orçamentário do setor público era de £85 bi (embora esse valor seja £6,8 bi mais baixos que o do mesmo período em 2009/10), enquanto que o valor líquido dos empréstimos do setor público foi de £113 bi (mais uma vez, £14.1 bi mais baixos que no mesmo período de 2009/10) (DEFICIT...,2011a).

Lidar com a “Crise da Dívida” tem sido o principal tema da política britânica nos últimos dois anos e o governo de coalizão Conservadora/Liberal-Democrata, eleito em 2010, decidiu pagar a dívida lançando o mais extensivo corte de custos do setor público desde o início da década de 1920.

Curiosamente, o nível de endividamento como percentual do PIB é mais baixo do que já foi em qualquer momento entre 1918 e 1961; mais baixo do que era em 1945, quando o Estado de bem-estar social britânico foi criado (PSC, 2010). Portanto, as cifras por si só não necessariamente significam que os cortes com o bem-estar sejam “inevitáveis” ou “necessários” (embora esse seja o mantra do governo). Além disso, as outras maneiras de se pagar a dívida não foram seriamente levadas em conta. Algumas delas são: aumentar as alíquotas máximas do imposto de renda (que, para aqueles com as maiores rendas, está 10 centavos por libra a

menos do que quando Margaret Thatcher foi primeira-ministra); fechar as brechas para a evasão fiscal (o Tesouro Britânico estima ter deixado de arrecadar £42 bi em 2009, já o *Tax Justice Network* eleva essa estimativa para £95 bi [TURNER, 2010]); acabar com a intervenção no Afeganistão (que representa uma economia anual estimada em £2,6 bilhões [PCS, 2010]); anunciar que o sistema de mísseis *Trident* não será substituído (os custos totais com a renovação do *Trident* ficariam entre £94,7 bi e £104,2 bi durante a vida útil do sistema, estimada em 30 anos, o que daria um total de £3,3bi por ano [PCS 2010]); introduzir a taxa única sobre pagamentos de bônus dos bancos, devido ao papel que os bancos desempenharam para o início da crise (os bônus de natal em 2010 no setor financeiro de Londres chegaram a cerca de £7bi [TREANOR, 2010]), em 2001 Angela Knight, presidente da Associação Britânica dos Bancos, disse que a era dos grandes bônus havia terminado porque os bancos tinham limitado os bônus em apenas £4.2 bilhões em 2011 [This is Money 3/12/2011]), mas, em vez disso, a população recebeu a notícia de que “não há alternativa” e os drásticos e punitivos cortes no bem estar social foram anunciados.

A escala do pacote de cortes é tão grande que é difícil de entender. Por exemplo, o governo local britânico continua sendo um importante provedor de serviços sociais e públicos. Educação, serviço social, assistência social, moradia social, lazer local e serviços de

biblioteca dependem de verbas do governo local. Ainda assim, o orçamento foi cortado em 27 por cento (depois da inflação) para o período 2011-2015.

Orçamentos do bem-estar social (incluindo auxílio desemprego, invalidez e moradia; Subsídio de Subsistência para Deficientes; abono familiar para os filhos; Créditos Tributários para Crianças e Famílias que Trabalham; subsídios familiares e pensões, por exemplo) foram cortados. De acordo com Brewer e Browne (2011, p. 4): “£80 bi por ano em cortes de despesas... £18bi serão de cortes em gastos com [benefícios do] bem-estar social até 2014/15”.

Além disso, os benefícios que restarem irão agora estar em sintonia com um antigo tema das políticas sociais: “menos elegibilidade”. As mudanças nas regras de benefícios significam que nenhuma família irá receber mais que a renda de uma família média que trabalha, não importa as circunstâncias dessa família ou a realidade das vidas de seus filhos. Indivíduos solteiros e desempregados com menos de 35 anos não mais receberão benefícios de moradia, além de um quarto em acomodação compartilhada. A idade para pensão do Estado (aposentadoria) aumentou para 66 anos e foram retirados £1,8 bi do cofre das pensões do setor público. Atualmente, um milhão de pessoas que recebem subsídios de emprego e apoio por motivo de doença perderão, cada uma delas, £2.000 por ano do seu pacote de benefícios (DORLING, 2010a).

A crescente desigualdade tem sido uma característica da sociedade britânica nos últimos 25 anos (DORLING, 2011), mas os cortes significarão ainda mais desigualdade. Como Bruchart (2011) disse, o resultado dos cortes será regressivo, com os 10 por cento mais baixos da distribuição de renda sendo atingidos com mais violência.

Os custos sociais dos cortes estão ficando mais claros: os mais vulneráveis irão sofrer mais. Os mais vulneráveis estão mais propensos a sofrer mais. Por exemplo, o *Refugee Council* (Conselho para Refugiados) está enfrentando cortes de quase 62% em seu orçamento, o que afetará diretamente os serviços de atendimento. Esses cortes, anunciados em fevereiro de 2011 e implementados em abril de 2011, são de tamanha escala e foram introduzidos com tanta velocidade que os prestadores dos serviços não tiveram oportunidade de se adaptar às novas circunstâncias. Como resultado, os refugiados ficarão sem meios de subsistência e serão forçados a voltar para regimes sanguinários do quais eles tentavam escapar. Esses cortes foram somados aos 22 por cento de redução dos fundos que o Conselho teve no ano fiscal anterior, e que fizeram com que 52 servidores se tornassem redundantes e serviços-chave fossem reduzidos, incluindo o apoio a crianças refugiadas desacompanhadas (HILL, 2011).

A revista semanal *Community Care* (SOCIAL..., 2011) disse que os “[...] cortes põem as crianças em risco”. Eles

reportaram os resultados de uma pesquisa que eles próprios realizaram e que sugeria que 88 por cento dos assistentes sociais acreditavam que os cortes do Conselho colocavam crianças vulneráveis em risco. A reportagem continua e aponta que 82 por cento dos entrevistados dizem que os limites da proteção infantil aumentaram desde o último ano, e cita um dos entrevistados que diz:

[na minha área] vários casos foram reclassificados claramente como volume de trabalho para que as equipes atingissem metas regulatórias.

Outro entrevistado diz:

Uma criança tinha ficado sob cuidados em instalações seguras durante anos. Foi feita uma reunião para identificar quais crianças poderiam ir para casa com menos risco, por motivos de gestão de orçamento do lar de atenção. A criança voltou para casa e imediatamente retomou seu comportamento anterior.

As evidências já começam a aumentar: são os usuários do serviço social que sofrerão mais com os cortes do bem-estar social e a contenção de despesas.

Além dos cortes, as mudanças nos impostos, nas taxas da Seguridade Nacional Britânica e a crescente inflação (principalmente dos preços dos alimentos, combustíveis e vestuário) significam que o ano fiscal de 2011-2012 verá o padrão de vida das famílias pobres, da classe trabalhadora e da classe média-baixa despencar. De acordo com empresa contábil PricewaterhouseCo-

opers (PwC), os lares britânicos ficarão, em média, £1.000 mais pobres no próximo ano (O'GRADY, 2011). Os dados do próprio governo sugerem que as famílias com três ou mais filhos que estejam próximas da renda média (£26.000 por ano) perderão algo em torno de £1.700 por ano e mais alguns milhares se seus salários não conseguirem acompanhar a inflação (O'GRADY, 2011).

Todos os departamentos do governo deram início ao programa de “redução de dívidas”, o que irá destruir os empregos dos setores públicos e privados, com centenas de milhares de trabalhadores sendo demitidos do governo local (onde a maioria dos assistentes sociais trabalha). Para os que ficarem, a vida profissional ficará mais difícil à medida que os empregadores piorarem as taxas salariais e condições de trabalho através de acordos coletivos.

Essa drástica redução dos subsídios do Estado e dos serviços oferecidos pelo Estado será substituída pelo que o Primeiro-Ministro James Cameron chama de *A Grande Sociedade*. Essa é uma visão na qual o voluntarismo e as organizações do setor voluntário, junto com prestadores de serviço do setor privado, entram em cena para preencher a lacuna deixada pelo Estado.

No entanto, há várias barreiras a serem superadas para se realizar esse ideal. Não há qualquer evidência de que o setor voluntário conseguirá desempenhar o papel que Cameron os deu. A

maioria das organizações do setor voluntário depende de subsídios do governo local, que agora foram drasticamente cortados – algumas estimativas sugerem que o setor voluntário terá reduções de financiamentos e contratos na casa dos £4,5 bi durante o período do déficit (SPENDING..., 2011b). Além disso, o arrocho nos orçamentos das famílias quer dizer que as instituições de caridade e as organizações do setor voluntário também relataram uma redução das suas doações (CHANEL 4, 2011). Qualquer que seja o caso, muitas organizações voluntárias de bem-estar social querem oferecer uma rede de apoio adicional e especializada aos usuários de serviços, e não se tornar os principais provedores de serviços essenciais. E, finalmente, as longas horas que trabalhadores em tempo integral na Grã-Bretanha exercem limitam a capacidade que eles têm de assumir trabalhos voluntários de forma significativa. De acordo com a *Trade Union Congress - TUC* (Federação Nacional dos Sindicatos), “Os trabalhadores de tempo integral no Reino Unido têm a maior jornada de trabalho da Europa”. A média desses trabalhadores britânicos é de 43,5 horas. Na França, a média é de 38,2 e na Alemanha, 39,9 horas” (TUC, 2011).

A verdadeira visão de Cameron para o futuro foi compreendida no final de fevereiro de 2011, quando ele anunciou que todos os serviços estariam sujeitos a licitações e todas as áreas de atividade do Estado (com exceção das forças armadas e do judiciário) estariam “a-

bertas para negócios” – abertas para que empresas privadas – que visam lucros – possam concorrer para serem prestadores de serviço. Ele declarou:

Isso é uma transformação: Em vez de ter que justificar o sentido de se introduzir a concorrência em alguns serviços públicos – como estamos fazendo agora com as escolas e o Serviço de Saúde Nacional Inglês – o Estado terá que justificar por que motivos ele deveria algum dia ter gerenciado ou vir a gerenciar monopólios (CAMERON, 2011).

Cameron declarou que o fator decisivo em qualquer contrato seria a “garantia de qualidade”, mas a história recente sugere que a variável-chave será o preço.

O discurso político em torno da crise econômica sistemática de 2008 até hoje vem sendo usado pelos políticos neoliberais da Grã-Bretanha para lançar um experimento inédito (pelo menos nos países da chamada economia ocidental) para reestruturar fundamentalmente a Grã-Bretanha de acordo com os interesses dos ricos e poderosos. Essa é a doutrina de choque que está em funcionamento na Grã-Bretanha, sob a forma de cortes no setor público, privatizações e destruição de empregos (KLEIN, 2007).

A escala da violência neoliberal é tamanha que levanta importantes questões sobre o papel e o futuro rumo do serviço social na sociedade britânica.

O Serviço Social em crise mais uma vez

Não importa o quanto as coisas estejam mal – ou estejam prestes a ficar – será que existe algo específico com relação ao Serviço Social que diga respeito ao que está acontecendo? Naturalmente, enquanto serviço público estatal, o serviço social será atingido como todos os outros, mas será que existe algo específico sobre o que está acontecendo que faça disso tudo uma “crise do serviço social”? Ou será que se trata apenas de preguiça intelectual por parte do serviço social acadêmico de esquerda, sempre esperando para reutilizar seu clichê “o serviço social está em crise”?

Certamente, o serviço social na Grã-Bretanha teve sua dose de “crises”.

No final do século XIX e início do XX, houve uma “crise” no serviço social porque alguns assistentes da Sociedade para Organização da Caridade (COS) e do *Settlement Movement* queriam “passar por nativos” e questionavam as condições sociais nas quais seus “clientes” viviam e as injustiças da sociedade britânica da época (LVALETTE; FERGUSON, 2007). Uma das soluções propostas foi o movimento em direção à profissionalização – através do desenvolvimento da formação em serviço social – como forma de vacinar os assistentes sociais contra a “contaminação”, estabelecendo uma distância entre assistentes e usuários de serviços

e construindo uma base de conhecimento “apropriada” (JONES, 1983).

No final da Segunda Guerra e com o estabelecimento formal do Estado de bem-estar social britânico, o serviço social enfrentou outra crise quando foi excluído (como instituição reconhecida, uniforme e coerente) do estabelecimento do novo Estado. Uma situação que não foi resolvida até que o Ato do Serviço Social (Escócia) de 1968 e o Ato de Serviços Sociais Pessoais da Autoridade Local em 1970 foram criados e deram origem a departamentos genéricos e locais de serviço/trabalho social (PAYNE, 2005).

Conforme os novos departamentos de serviço social eram estabelecidos, o mundo mudava. O longo *boom* do pós-guerra chegava a um brusco fim e dizia-se que os Estados de bem-estar social estavam em crise (c.f. MISHRA, 1983; CULPITT, 1992). À medida que a contenção de despesas com o bem-estar do pós-guerra se iniciava (1976-1982), os assistentes sociais se viam na linha de frente de uma “guerra contra o bem-estar social” promovida pelos políticos e *experts* da mídia. Os assistentes sociais e as teorias do serviço social eram acusados de estabelecer uma “cultura de dependência no bem-estar social” e de promover o ciclo dessa dependência (LOWE, 1993). Esse tema voltaria a aparecer durante os subsequentes períodos de corte no bem-estar social e de reestruturação sob os governos Conservador e Novo-Trabalhista.

O Serviço Social também sofreu ataque depois de uma série de casos notórios em que crianças envolvidas com Departamentos de Serviços Sociais morreram nas mãos de cuidadores de suas próprias famílias (Maria Colwell em 1973, Jasmine Beckford em 1984, Tyra Henry em 1984, Kimberley Carlisle em 1986, Victoria Climbe em 2000 e Peter Connelly [‘Baby P’] em 2007). Essas mortes levantaram questões no círculo político e na mídia sobre o ‘valor’ e a ‘importância’ do serviço social.

O Serviço Social saiu desses episódios maltratado e ferido, seu escopo, tarefas e modos de trabalho mudaram com frequência, mas, apesar disso, ele continua conosco.

Assim, falar de ‘crise’ parece ser parte do próprio tecido do desenvolvimento e história do serviço social na Grã-Bretanha – então, será que esse fato recente deve nos preocupar?

Quero sugerir que a escala do ataque ao bem-estar público na Grã-Bretanha hoje é tão grande que existem agora preocupações reais sobre a viabilidade contínua do projeto de serviço social. Existem preocupações com:

- A viabilidade de uma gama de projetos de serviço social cujas fontes de financiamento desaparecerão.
- A posição do serviço social como uma atividade do Estado (a arena onde a grande maioria dos assistentes sociais está em-

pregada), à medida que todos os serviços são lançados às licitações.

- A habilidade do serviço social de trabalhar de forma progressiva e positiva com os usuários dos serviços (cujos números provavelmente crescerão por causa das medidas de austeridade).
- A habilidade do serviço social de atender às necessidades dos mais vulneráveis e de trabalhar em contextos seguros com tempo e espaço adequados para construir relacionamentos e apoiar redes.

Embora seja evidente que alguma forma de serviço social sobreviverá ao choque social que a Grã-Bretanha está perto de enfrentar, o menos certo é como esse serviço social se caracterizará. Será ele um serviço social moldado por valores e compromissos éticos, com recursos adequados para atender as necessidades do usuário do serviço, ou será primeiramente uma tarefa de trabalho desqualificado cujo papel principal será gerir e controlar o pobre e o marginalizado?

Para ver como esse trabalho social 'desqualificado' pode se caracterizar, não precisamos ir para muito longe num 'pensamento experimental'. O serviço social na Grã-Bretanha no início do século XXI já tem elementos de uma profissão degradada.

Serviço Social e neoliberalismo: antes do Começo da Tempestade

É amplamente reconhecido na literatura de serviço social que a maioria das pessoas entra na profissão porque quer fazer diferença – para ajudar as pessoas a enfrentar os problemas em suas vidas e, para alguns, abordar as causas sociais de tanta dor particular (pobreza, desemprego e alienação que arruína a vida das pessoas e gera todos os tipos de traumas pessoais e sociais). Esses compromissos são capturados, por exemplo, na definição de trabalho social da Federação Internacional do Serviço Social, que tem sido amplamente citado e tem conquistado apoio das associações nacionais e afiliados. A definição defende que:

[...] promove mudança social, solução de problemas nas relações humanas e o empoderamento e liberação de pessoas [...] (Ela) aborda os obstáculos, desigualdades e injustiças que existem na sociedade. Responde a crises e emergências, bem como a problemas pessoais e sociais do cotidiano [...] Intervenções do serviço social variam de processos psicossociais com foco principal nas pessoas ao envolvimento na política social, planejamento e terapia [...] Intervenções também incluem administração da agência, organização da comunidade e engajamento na ação política e social (INTERNATIONAL FEDERATION OF SOCIAL WORKERS, 2000).

A declaração da Federação Internacional do Serviço Social (IFSW) indica a importância de 'valores' que parecem refletir a essência do trabalho: o serviço social é uma tarefa de ajuda e profis-

sional que coloca as pessoas e suas necessidades em primeiro lugar. Descreve um serviço social que tem a forma de noções de justiça social e é por essa razão que a organização de campanha de Justiça Global, *People and Planet*, lista o serviço social como uma de suas 'carreiras críticas'.

Entretanto, na Grã-Bretanha – e progressivamente através de grandes partes do globo – o serviço social oferecido pelo Estado tem cada vez mais tomado a forma das demandas dos regimes de políticas neoliberais que ameaçam minar esses 'compromissos éticos' (FERGUSON et al., 2005; LAVALETTE; FERGUSON, 2007; LAVALETTE, 2011).

O Neoliberalismo tem aprofundado sua impressão na sociedade britânica nas duas últimas décadas. Embora houvesse reduções significantes de ano em ano nos orçamentos de gastos sociais no final da década de 70 (sob o então Governo Trabalhista) e embora os pagamentos reduzidos benefícios de bem-estar do início do Governo de Thatcher (relativos a pensões) caminhassem em direção à privatização da moradia do governo local e introduzissem sistemas de licitação competitivos em algumas áreas do governo local, foi somente depois de sua vitória na terceira eleição em 1987 que os governos de Thatcher tomaram grandes medidas para trazer os princípios de mercado para serviços de bem-estar estatais (TIMMINS, 1995; LAVALETTE; MOONEY, 2002; MOONEY, 2006). O Ato

da Educação (1988) e o Serviço Nacional da Saúde e Ato de Assistência Comunitária (1990) marcaram a implementação da Nova Gestão Pública (NGP) nos serviços de bem estar. De acordo com Clarke et al. (2000), as principais características da NGP na Grã-Bretanha podem ser resumidas como:

- Atenção aos resultados e alvos de desempenho em vez de aos insumos;
- Organizações sendo vistas como cadeias de relações de baixa confiança, ligadas por contratos ou processos de tipo contratual;
- A separação dos papéis do comprador e provedor ou cliente e contratante dentro das organizações ou processos antes integrados.
- O rompimento de organizações de grande escala e uso de concorrência para tornar possível a 'saída' ou 'escolha' pelos usuários do serviço;
- Descentralização da autoridade orçamentária e pessoal para gerentes-supervisores.

Os sistemas de bem estar foram progressivamente baseados em três elementos chave: (i) mercantilização interna, (ii) a representação dos usuários dos serviços como 'consumidores' que expressaram suas 'escolhas' de bem estar através de mecanismos de mercado, e (iii) gerencialismo – um sistema de trabalho que reduz o espaço para a autonomia do trabalhador e tomada de decisão e tenta controlar e restringir o

processo de trabalho nas organizações de bem-estar. Essas tendências continuaram e se aprofundaram sob o foco dos Novo-Trabalhistas nos procedimentos de trabalho, medida de produção e alvos definidos centralmente entre 1997-2010 (BALDWIN, 2011).

Em termos de serviço social, o neoliberalismo teve um impacto significativo de três formas importantes.

Em primeiro lugar, regimes de bem estar neoliberais trouxeram níveis crescentes de pobreza, desigualdade e alienação e esses, por sua vez, produziram e ampliaram uma vasta gama de problemas sociais. Na Grã-Bretanha, pesquisas por escritores como Hills e Stewart (2005), Wilkinson (2005), Wilkinson e Pickett (2009), Dorling (2010b) e John Hills e sua equipe (HILLS et al. 2010) descrevem uma sociedade onde a lacuna entre uma minoria saudável e o número crescente de pessoas pobres aumenta a cada ano. Por exemplo, Hills et al (2010) consideraram que desigualdades de renda no Reino Unido são mais altas agora do que já foram em qualquer outra época desde o início do pós-Segunda Guerra Mundial (HILLS et al., 2010, p. 39). O patrimônio familiar dos 10% mais ricos da população fica em torno de £853.000 – mais de 100 vezes mais alto do que o patrimônio dos 10% mais pobres.

Como Wilkinson e Pickett (2009) argumentam, o nível de desigualdade de renda é um fator determinante não somente de índices de saúde e morta-

lidade, mas também de vários outros problemas sociais, incluindo doença mental, obesidade e homicídios.

Essas desigualdades têm um impacto significativo nas vidas dos mais vulneráveis. Por exemplo, na pesquisa recente mais abrangente da vida de crianças produzida pela UNICEF em 2007, o Reino Unido ocupou a última posição de 21 países industrializados em sua “avaliação do bem estar” da criança. Essa avaliação foi baseada em 40 indicadores separados – incluindo pobreza relativa, segurança das crianças, realização escolar e abuso de drogas. A Grã-Bretanha tem uma quantidade maior de crianças na pobreza, definidas como aquelas que vivem abaixo de 60 por cento da renda característica, que qualquer outro país do Oeste Europeu. Na Inglaterra, 22 por cento das crianças são pobres, comparadas a 8 por cento na Suécia e 10 por cento na Dinamarca; trinta anos atrás o número Britânico era apenas 13 por cento (FERGUSON; LAVALETTE, 2009). Uma entre dez crianças de cinco a 16 anos de idade agora tem clinicamente dificuldades de saúde mental, mas somente um quarto das crianças que estão seriamente conturbadas ou perturbadas por dificuldades de saúde mental estão conseguindo qualquer tipo de ajuda especializada.

Wilkinson e Pickett (2009, p. 32-33) argumentam que é a desigualdade e pobreza que estão criando uma gama de problemas de saúde mental – o resultado direto da alienação da vida

social moderna sob regimes neoliberais. Mas, eles prosseguem:

Não estamos sugerindo que o problema seja uma questão de psicologia individual, ou que seja realmente a sensibilidade das pessoas, ao invés da escala de desigualdade, que deveria ser mudada. A solução para problemas causados pela desigualdade não é psicoterapia em massa com o objetivo de tornar todos menos vulneráveis. A melhor maneira de responder ao dano causado pelos altos níveis de desigualdade seria reduzir a própria desigualdade.

E é claro que são os assistentes sociais que tem que intervir para lidar com a crise acumulada causada pelos níveis crescentes de pobreza e desigualdade.

Mas o neoliberalismo tem impactado o serviço social de uma segunda maneira importante, na medida em que os serviços públicos têm cada vez mais estado abertos para a competição de mercado, privatização e para invasão de capital privado (ao contrário dos serviços detidos e controlados pelo Estado) e, no processo, qualquer noção de responsabilidade democrática tem se perdido. A privatização tem afetado serviços de utilidade pública que anteriormente eram estatais – como eletricidade, serviços de água e gás – que agora são caros, de propriedade de um leque confuso de empresas concorrentes e onde aqueles que não podem pagar (muitos dos quais serão clientes do serviço social) encontram-se ‘cortados’

perdendo o fornecimento de serviços vitais.

Serviços públicos, como transporte ferroviário e rodoviário e, cada vez mais, serviços de bem estar – tais como serviços sociais, moradia, educação e assistência médica – têm estado sujeitos à privatização e forçados à abertura para a competição de mercado (WHITFIELD, 2001; 2009). Como observado acima, vastos setores do estado do bem-estar social estão agora estruturados em torno dos mercados ‘internos’ – onde compradores e fornecedores de serviços têm que atuar “como se” estivessem operando num mercado aberto (MOONEY, 2006). Mas, além disso, os serviços também têm estado sujeitos à competição do mercado ‘aberto’, no qual serviços previamente administrados pelo estado são fornecidos por empresas privadas nacionais e multinacionais. Vários pesquisadores têm mostrado conclusivamente que a mercantilização não tem melhorado a qualidade da prestação de serviços (FERGUSON; LAVALETTE, 2007; BECKETT, 2007; WRIGGLEY, 2006). Ao contrário, a mercantilização tem minado as condições de trabalho dos assistentes sociais de linha de frente que realmente fornecem os serviços (MOONEY; LAW, 2007) e tem permitido que grandes empresas privadas e empresas multinacionais globais obtenham lucros massivos dos cofres públicos através de licitação para contratos do governo (POLLOCK, 2004; LISTER, 2008; FERGUSON, LAVALETTE 2007; WHITFIELD, 2009).

O neoliberalismo tem impactado o serviço social de uma terceira e mais direta forma: a profissão em si mesma tem cada vez mais sido moldada pelas demandas da mercantilização, administração, privatização e 'métodos empresariais' de trabalho.

O serviço social estatal tem, durante as duas últimas décadas, sido cada vez mais moldado e restringido pelas limitações orçamentárias e, como resultado, muitos assistentes sociais encontram-se desempenhando o papel daqueles 'que racionam' recursos escassos (FERGUNSON, 2008). Ao mesmo tempo, métodos do mercado de prestação de serviços e a construção de 'pacotes assistenciais' para 'clientes' cada vez mais dominam a prática dos assistentes sociais de linha de frente que se encontram atuando como 'gerentes assistenciais' (BALDWIN, 2011). Como consequência, assistentes sociais do estado raramente atuam de forma que permitirão que eles atendam completamente as necessidades dos usuários do serviço (HARRIS, 2003).

Além disso, assistentes sociais se encontram cada vez mais sujeitos a uma larga variedade de pressões 'gerencialistas' no trabalho. Por exemplo, eles têm que cumprir metas estabelecidas, o trabalho é dominado pelo preenchimento de formulários, suas cargas de trabalho são excessivas e suas horas muito longas (FERGUSON; LAVALETTE, 2009). Em uma recente pesquisa realizada para a Associação Britâni-

ca de Assistentes Sociais, 85 % dos entrevistados consideraram que a pressão do trabalho tinha aumentado nos últimos anos e mais de dois terços deles disseram que o trabalho tinha causado instabilidade mental ou emocional – e desses, 45% tinham se ausentado do trabalho como consequência. 95% dos entrevistados sugeriram que clientes tinham sido colocados em risco como consequência das pressões colocadas nos assistentes sociais (THE GUARDIAN, 6 out. 2010).

A prática do serviço social está também cada vez mais dominada pelos sistemas TI que incorporam essas preocupações gerencialistas e regulam padrões de trabalho (HARRIS; WHITE, 2009). Num estudo recente, foi estimado que assistentes sociais de proteção à criança gastam atualmente cerca de 80% do tempo na frente de computadores (WHITE et al., 2009). Esses sistemas TI também significam que o serviço social está cada vez mais dominado por pacotes de *software* que têm reduzido o espaço para julgamento profissional, construção de relacionamento com usuários do serviço e para provisão de assistência adequada (WHITE, 2008).

Não é surpreendente que, como consequência, a assistência social estatal sofra de alta rotatividade de funcionários. Jones (2001) relatou os resultados de pesquisas desenvolvidas com assistentes sociais que sugeriram que quem consegue permanecer no trabalho estatutário de linha de frente por cinco a-

nos poderia ser considerado como um 'veterano' de equipe; mais recentemente, Unison (2009) sugere que quem permanecer no trabalho de linha de frente por três anos é provável que esteja entre os funcionários mais experientes de sua equipe. O serviço social hoje é uma profissão desmoralizada – ou no mínimo, os assistentes sociais de linha de frente estão cada vez mais desmoralizados em sua vida profissional e sua habilidade para trabalhar junto aos usuários do serviço para criar mudança substancial nas vidas dos usuários do serviço (FERGUSON; WOODWARD 2009).

Assim, apesar do comprometimento dos assistentes sociais ao entrar na profissão e apesar de algumas das declarações de forte valor incorporadas na definição de serviço social da Federação Internacional do Serviço Social (IFSW), assistentes sociais do Estado na Grã-Bretanha cada vez mais se encontram reduzidos e restritos a um tipo de prática de trabalho que conflita com seus valores e aspirações.

Assim, mesmo antes que as recentes medidas de austeridade fossem anunciadas pelo governo, o serviço social já enfrentava pressões das novas políticas públicas e das políticas neoliberais de bem estar social. O impacto de cortes no orçamento, além da grande privatização de serviços públicos promovida por Cameron, ameaça deixar a situação muito pior.

Há alternativas?

Dada a atual situação do serviço social na Grã-Bretanha, e diante das medidas de austeridade agora sendo colocadas em prática, que alternativas estão abertas para os assistentes sociais?

A primeira consideração a fazer é que não fazer nada não é uma opção. Nas últimas duas décadas, as lideranças do serviço social na Grã-Bretanha têm permanecido relativamente passivas e quietas em relação às dramáticas mudanças na profissão listadas acima. Em parte, a explicação para tal situação está nos ataques políticos que ambos os Governos Conservadores ou Trabalhistas lançaram sobre o serviço social por todo esse período, retratando-o como uma “profissão falha” (FERGUSON; LAVALETTE, 2009; PENKETH, 1998). Mas o silêncio não impediu o ataque neoliberal ao serviço social e agora é hora para uma das duas coisas – silêncio ou passividade. Em vez disso, alguns “valores” tradicionais do serviço social, como raiva e paixão, são necessários para que “a verdade seja dita ao poder” e para que haja engajamento na campanha contra os cortes.

A segunda consideração a ser feita é que, já que o serviço social tem sido reduzido a um modelo dominante de “supervisão de cuidados”, um rico repertório de métodos e abordagens terapêuticas, como terapias em grupo, comunitárias ou individuais, tem sido marginalizado (na melhor das hipóteses), ou tem perdido terreno para assistentes sociais do Estado. Ainda assim, há uma crescente evidência de que isso

vem gerando frustração em meio às lideranças e levando algumas a procurar alternativas. Sete anos atrás, a *Social Work Action Network* – Rede de Ação do Serviço Social (uma união de acadêmicos, profissionais, usuários e estudantes) – foi formada na Grã-Bretanha, como um desdobramento do “Manifesto de Serviço Social por uma Nova Prática Engajada” (*Social Work Manifesto for a New Engaged Practice*), escrito por Jones et al. (2004). A Rede de Ação do Serviço Social (*Social Work Action Network - SWAN*) tem organizado uma série de eventos muito bem sucedidos sobre as temáticas geminadas “Eu não entrei para o serviço social para isso” e “Serviço Social: Uma profissão pela qual vale a pena lutar?” As conferências têm atraído, regularmente, por volta de 300 pessoas envolvidas com o serviço social. No entanto, neste ano, 400 pessoas vieram ao evento em Liverpool. As conferências criaram um espaço social para que os problemas pelos quais passamos sejam pensados e para que uma série de ações necessárias para reafirmar valores mais radicais de serviço social sejam consideradas. Há cinco temas-chave envolvendo o trabalho do SWAN.

Primeiramente, o SWAN vem trabalhando para novamente reafirmar uma prática do serviço social que sirva de apoio aos usuários, não hierárquica, baseada na construção de relacionamentos e focada em suprir necessidades humanas (www.socialworkfuture.org) A SWAN não é apenas uma organização de as-

sistentes sociais e o envolvimento de usuários não é simbólico. Em vez disso, a SWAN está comprometida com o rejuvenescimento da prática do serviço através da parceria com vários movimentos de usuários de serviços sociais. O slogan “usuários e assistentes sociais juntos” não só capta o espírito, mas, o que é ainda mais importante, enfatiza que diante dos cortes atuais “a união faz a força”.

Em segundo lugar, isso tem envolvido uma reavaliação do que o serviço social é ou pode vir a ser, através da observação de modelos alternativos traçados pela história e dos estudos transnacionais. Começamos a esboçar uma série de projetos de “assistência social popular” (*popular social work - PSW*) que dá exemplos de uma gama de campanhas e serviços sociais politicamente engajados (FERGUSON et al., 2005; LAVALETTE; FERGUSON, 2007; LAVALETTE; IOAKIMIDIS, 2011).

A assistência social popular (PSW) tende a estar ligada a movimentos de atividades sociais mais abrangentes e estar sob responsabilidade de um grupo de pessoas (algumas com treinamento oficial, outras não) que estão focadas na produção, provisão e desenvolvimento de serviços para sua comunidade no contexto de sociedades desiguais, opressoras e hierarquizantes.

Exemplos de tal serviço social popular são pontuados através da história do século XX e início do século XXI. Na

Grã-Bretanha, essa prática está presente no trabalho individual de pessoas como a marxista e feminista Sylvia Pankhurst, o ativista socialista George Lansbury, (o futuro Ministro do Trabalho) Clem Attlee, (a socialista cristã, que se tornou comunista) Mary Hughes e (a feminista socialista) Emmeline Pethick. Essas pessoas combinaram militância política (pelos direitos da mulher, representação política para as classes trabalhadoras, sindicalismo e oposição à Guerra Mundial) com trabalhos de advocacia individual, representação de “clientes” diante dos Guardiões da Lei dos Pobres, criação de restaurantes comunitários e fornecimento de refeições para alunos carentes e luta por moradia e empregos diante da pobreza e desemprego em massa. (LAVALETTE, 2006; LAVALETTE; FERGUSON, 2007).

As visões de serviço social popular podem também ser percebidas no trabalho comunitário e de militância de Jayne Adams e Bertha Reynolds, nos Estados Unidos, na primeira metade do século (REISCH; ANDREWS, 2002). Também está presente em aspectos de modelos de ação social por dentro do *Settlement Movement* do Canadá, e no trabalho de Mary Jenison, membro e fundadora da CASW, famosa por seu trabalho progressivo com crianças, jovens e trabalhadores desempregados em Hamilton, e que acabou na “lista negra” do governo, por causa de suas visões e atividades. Ou, no trabalho de Mentona Moser, a pioneira suíça do serviço social, líder e praticante do *Red*

Aid na década de 1930. Red Aid foi uma organização internacional de serviços sociais que oferecia apoio a perseguidos políticos por todo o mundo e apoio ativo para a Espanha revolucionária (HERING, 2003). “O serviço social popular” foi também parte dos movimentos americanos para o bem-estar social dos anos 60, em que um número de assistentes sociais como Bill Pastreich, Rhoda Linton, Richard Cloward e outros da *Community Action Training Centre* desempenhavam um papel de liderança no movimento. Esses assistentes sociais organizaram e militaram lado a lado aos grupos de mulheres negras contra a pobreza, por benefícios sociais e por uma gama de direitos políticos e sociais (NADASEN, 2005).

Mas alguns exemplos de serviço social popular não estão restritos ao passado mais distante. Na Grã-Bretanha, durante a greve dos mineiros de 1984/1985, que durou um ano, as comunidades de mineiros organizaram locais para cozinhar sopa e comida, apresentações teatrais no Natal, festas infantis e entretenimento em fins de semana ocasionais. A intenção foi, sobretudo, sobreviver física e mentalmente; manter o espírito e o moral altos; não deixar com que as pessoas se sentissem isoladas; ajudar na reação contra o trauma a frustração e a depressão dos indivíduos, e atender às necessidades básicas.

Exemplos similares podem ser encontrados em muitas partes do mundo de hoje. Isso é visível em programas co-

munitários voltados para jovens e incapacitados dirigidos por assistentes sociais “não profissionalizados” em campos de refugiados Palestinos nos territórios ocupados na Faixa de Gaza. Eles oferecem serviços básicos à sua comunidade, que incluem um profundo entendimento da situação política e histórica na qual os refugiados se encontram e reconhecem a importância de se compreender e confrontar as “causas públicas” das dores individuais de todos aqueles nos campos (JONES; LAVALETTE, 2011).

As atividades de bem-estar social e serviço social oferecidos pelos membros do grupo de militantes *Samidoun*, durante o ataque israelense em Beirute, são mais um exemplo. Os membros do *Samidoun* organizaram-se para providenciar abrigo, alimentação e apoio médico e psicológico para refugiados de guerra, já que o ataque israelense foi devastador (LAVALETTE; LEVINE, 2011).

Ao mesmo tempo, grande parte do trabalho com exilados e refugiados pela Europa é voltado para a comunidade e baseado em direitos. Ativistas e uma gama de “ajudantes” não qualificados (geralmente de organizações políticas e religiosas) juntam-se para oferecer apoio, ajuda e uma rede de militância como parte do esforço pelos direitos dos refugiados (MYNOTT, 2005; FERGUSON; BARCLAY, 2002; TELONI, 2011).

O estreitamento da história do serviço social ao desenvolvimento de uma de

uma versão de uma atividade profissional regulamentada e qualificada gerou muitas iniciativas, com profundas ligações com suas comunidades e seus esforços contra a desigualdade e a opressão, experimentadas na história do serviço social. O SWAN está empenhado em tentar (re)descobrir e celebrar tais exemplos, levando em conta as lições que eles podem ensinar ao serviço social de hoje em dia.

Em terceiro lugar, o SWAN está comprometido com a ideia de que um desenvolvimento radical no serviço social surgirá, não internamente, dentro dos limites do serviço social, mas a partir de um total engajamento com a atividade do movimento social.

O significado dos movimentos sociais para o serviço social tem sido frequentemente subestimado. Mas o fato é que, em várias ocasiões nos últimos cem anos, o serviço social tem sido capaz de renovar a si mesmo — e seu comprometimento com a justiça social — a partir do seu contato e envolvimento com os grandes movimentos sociais atuais. O movimento radical do serviço social dos anos 70, por exemplo, e a prática anti-opressiva a que ele deu início, não caíram do céu, mas surgiram da radicalização dos assistentes sociais, por seu contato com os movimentos das mulheres, dos direitos civis e com as lutas dos sindicatos no final da década de 1960 e início da de 1970 (THOMPSON, 2002).

Mais recentemente, algumas das contribuições mais significativas à teoria

do serviço social, ao desenvolvimento da prática e do serviço vieram dos “novos movimentos sociais para o bem-estar social” que surgiram nos últimos vinte anos, como o movimento dos usuários deficientes e doentes mentais (WILLIAMS, 1992; BARNES, 1997). Esses movimentos coletivos têm desafiado o serviço social e outras profissões da área de saúde em quatro níveis distintos. Primeiramente, no nível do relacionamento profissional, eles desafiaram o paternalismo e defenderam relações muito mais igualitárias entre os profissionais e os usuários do serviço. Em segundo lugar, contribuíram para o desenvolvimento dos serviços que estão muito mais em sintonia com suas próprias necessidades e desejos, incluindo formas de interseção, serviços sociais de crise e modelos de vida independente. Em terceiro lugar, enfrentaram ideologias dominantes sobre o trato aos deficientes e à saúde mental até o ponto em que o modelo social sobre tais temas, se ainda não era hegemônico, não poderia mais ser ignorado pela academia ou pelos governos (OLIVER, 1995; TEW, 2005). Finalmente, no nível da política e da legislação, seu impacto pode ser visto em respeito à legislação sobre os direitos dos deficientes e (na Escócia, pelo menos) da legislação da saúde (FERGUSON, 2003).

De fato, entretanto, uma grande variedade de movimentos sociais, incluindo os primeiros movimentos anti-guerra, impactaram o trabalho social desde suas origens, frequentemente através do envolvimento direto de líderes da

profissão (LAVALETTE; FERGUSON, 2007). Jane Addams, por exemplo, uma das fundadoras do serviço social nos EUA, era também uma ativista pacifista que fundou o Partido da Paz das Mulheres (*Women's Peace Party*) em 1915 e presidiu um congresso internacional da paz em Hague no mesmo ano, que exigia o fim da Primeira Guerra Mundial. Suas ações resultaram em cartas ao respeitável *Chicago Tribune*, que pediam que ela fosse enforcada no poste de iluminação pública mais próximo (REISCH; ANDREWS, 2002)! Outra proeminente assistente social, Lillian Wald, foi presidente da União Americana contra o Militarismo e, numa entrevista ao jornal *New York Evening Post*, em dezembro de 1914 resumiu sua visão sobre o serviço social como descrito a seguir:

Em sua concepção mais abrangente, o serviço social está ensinando a santidade da vida humana e... a doutrina da irmandade dos homens... os assistentes sociais do nosso tempo estão sonhando um grande sonho e tendo uma grande visão de democracia... A guerra é a maldição de tudo o que leva tempo para ser construído (REISCH; ANDREWS, 2002, p. 42).

Outros exemplos de assistentes sociais que buscaram estar engajados em movimentos populares incluem o *Rank and File Movement* nos EUA, na década de 30, associado à acadêmica marxista Bertha Reynolds, que trabalhou com pessoas desempregadas, ou o movimento de reconceitualização na América Latina, nos anos 80 (MENDOZA

RANGEL, 2004; WILSON; HERNANDEZ, 2007).

Em cada um desses casos, a teoria e prática do serviço social radicalizaram-se por seu contato com tais movimentos, levando a novas formas de prática (incluindo advocacia e abordagens coletivas), um desejo por relações mais igualitárias entre os profissionais e os usuários do serviço (frequentemente refletida numa crítica de noções de profissionalismo) e um aprofundamento e expansão da base de valores do serviço social.

Atualmente, o radicalismo do serviço social será revivido por um total engajamento numa gama de movimentos sociais, reiterando a questão de que “outro mundo é possível”.

Em quarto lugar, o SWAN está tentando estabelecer laços com outros assistentes sociais por todo o mundo que enfrentam questões e problemas parecidos. Por meio das redes de militância e pesquisa, há agora grupos no Canadá, Irlanda, Hong Kong, Japão, Grécia e África do Sul. Na conferência da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social, em 2010, o SWAN conduziu três simpósios que foram vigorosos e agitados e deu espaço para a discussão a respeito dos temas “serviço social e neoliberalismo”, “serviço social e guerra” e “futuro do serviço social”. Além disso, um encontro à parte sobre a questão dos direitos dos palestinos foi conduzida por palestrantes de todo o Oriente Médio. Esse encontro levou a

uma moção que foi submetida (e aprovada) na conferência IASSW, que condenou o ataque israelense à Frota de Paz de Gaza.

Finalmente, como uma “rede de ação” o SWAN também está envolvido em atividades de militância. Quando os assistentes sociais encontraram-se sob o ataque que resultou na morte de ‘Baby P’, no fim de 2008, o SWAN realizou uma petição e conduziu três conferências de um dia para trabalhadores na linha de frente em várias partes da Grã-Bretanha. No sudoeste da Inglaterra, o SWAN local conduziu uma campanha contra uma empresa de taxi local contratada para transportar crianças portadoras de necessidades especiais à escola porque o dono foi membro da organização fascista Partido Nacional Britânico. Em Manchester e Liverpool, o SWAN tem estado locais específicos atuando com assistentes sociais e cuidadores, enquanto que em Birmingham e Glasgow, tem feito parte de uma rede de militância pelos direitos dos refugiados. Parte desse trabalho inclui o estabelecimento de “Apontamentos sobre a prática na linha de frente”, que aconselha os profissionais de serviço social sobre como eles podem abordar cortes de fundos, políticas ditatoriais de governos locais e “procedimentos injustos” (aconselhamento jurídico, em iniciativas baseadas em práticas e sugestões, em campanhas locais e demandas políticas nacionais

[www.socialworkfuture.org]).

O SWAN está envolvido nessas campanhas porque ele representa valores de solidariedade e empatia, justiça social radical, direitos humanos, ações coletivas e anti-opressão, que refletem a reafirmação de valores do serviço social radical que sempre estiveram presentes no serviço social (embora seja uma corrente minoritária). Esses valores nos impulsionam, como assistentes sociais, a lutar por um mundo melhor, lado a lado com os usuários e ativistas dos movimentos e nos permitem iniciar o processo de reconstrução de um serviço social não hierárquico que seja baseado em relacionamentos; que esteja comprometido com “dizer a verdade ao poder”; que promova igualdade e suprimento das necessidades humanas; um serviço social que reúna a resistência contra ataques dos poderosos aos pobres, marginais e desalojados. Um serviço social que afirme que, em um conflito entre os poderosos e os impotentes, nós não seremos neutros, mas orgulhosos de deixar claro de que lado estamos.

Referências

- BALDWIN, M. Resisting the EasyCare model: building a more radical, community-based, anti-authoritarian social work for the future. In: LAVALETTE, M. (ed.). **Radical Social Work Today**. Bristol: Policy Press, 2011.
- BECKETT, F. **The Great City Academy Fraud**. London: Continuum, 2007.
- BREWER, M.; BROWNE, J. (2011). Cuts to welfare spending. In: YATES, N. et al. (eds). In: **Defence of Welfare: the Impacts of the Government Spending Review**. London: Social Policy Association, 2011.
- CAMERON, D. How we will release the grip of state control. **The Daily Telegraph**, 20 Feb. 2011. Available at Number10.gov.uk: <<http://www.number10.gov.uk/news/statements-and-articles/2011/02/daily-telegraph-article-how-we-will-release-the-grip-of-state-control-60921>>. Accessed: 4 April 2011.
- CHANEL 4. **Tonight: Charities in Crisis**. Chanel 4, First broadcast 31 March 2011.
- CLARKE, J.; GERWITZ, S.; MCLAUGHLIN, E. (eds). **New Managerialism, New Welfare?** London: Sage, 2000.
- SOCIAL workers ‘scared’ that cuts put children in danger. **Community Care**, 14 Apr. 2011 p. 4-5.
- CULPITT, I. **Welfare and Citizenship: Beyond the Crisis of the Welfare State?** London: Sage, 1992. (Citizenship Studies).
- DORLING, D. Clearing the Poor Away. **Socialist Review**, n. 352, Nov. 2010a.
- DORLING, D. **Injustice: Why social inequality persists**. Bristol: Policy Press, 2010b.

- DORLING, D. Clearing the poor away. In: YATES, N. et al. (eds.). In: **Defence of Welfare: the Impacts of the Government Spending Review**. London: Social Policy Association, 2011.
- FERGUSON, I. **Reclaiming Social Work**. London: Sage, 2008.
- FERGUSON, I.; BARCLAY, A. **Seeking Peace of Mind: The mental health needs of asylum seekers in Glasgow**. Stirling: University of Stirling, 2002.
- FERGUSON, I.; LAVALETTE, M. **Social Work After Baby P: issues, debates and perspectives**. Liverpool: Liverpool Hope University Press, 2009.
- FERGUSON, I.; WOODWARD, R. **Radical Social Work in Practice**. Bristol: Policy Press, 2009.
- FERGUSON, I.; LAVALETTE, M.; WHITMORE, E. (eds). (2005) **Globalisation, Global Justice and Social Work**. London: Routledge, 2005.
- DEFICIT, national debt and government borrowing - how has it changed since 1946? **The Guardian**, 22 Feb. 2011a. Available in: <<http://www.guardian.co.uk/news/datablog/2010/oct/18/deficit-debt-government-borrowing-data>>. Guardian (2011a)
- SPENDING cuts will create 'meaner, nastier' Britain. **The Guardian**, 8 Feb. 2011. Available in: <<http://www.guardian.co.uk/society/2011/feb/08/spending-cuts-meaner-nastier-britain>>. Accessed: 6 April. Guardian (2011b)
- HARRIS, J. **The Social Work Business**. London: Routledge, 2003.
- HARRIS, J.; WHYTE, V. (eds). **Modernising Social Work**. Bristol: Policy Press, 2009.
- HERING, S. A soldier of the third international: the social activities of the Swiss communist Mentona Moser. In: HERING, S.; WAALDIJK, B. (eds). **History of Social Work in Europe (1900-1960)**. Opladen: Leske und Budrich, 2003.
- HILL, A. Refugee services to take a heavy hit due to 62% funding cuts. **The Guardian**, 1 Feb. 2011. Available in: <<http://www.guardian.co.uk/world/2011/feb/01/refugee-services-heavy-hit-cuts?INTCMP=SRCH>>. Accessed: 6 Apr. 2011.
- HILLS, J.; STEWART, K. **A More Equal Society?** Bristol: Policy Press, 2005.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF SOCIAL WORKERS. **The Definition of Social Work**. 8 June 2012. Available in: <www.ifsw.org/f38000138.html>.
- JENNISSEN, T.; LINDY, C. **Keeping Sight of Social Justice: 80 Years of Building CASW**. Ottawa: Canadian Association of Social Work, 2006. Available in: <<http://www.casw->

acts.ca/aboutcasw/building_e.pdf>.

Accessed: 6 Apr. 2011.

JONES, C. **State Social Work and the Working Class**. London: Macmillan, 1983.

JONES, C. Voices from the frontline. **British Journal of Social Work**, v. 31, p. 547-62, 2001.

JONES, C. LAVALETTE, M. Popular Social Work in the Palestinian West Bank. In: LAVALETTE, M.; IOAKIMIDIS, V. (eds). **Social Work in Extremis**. Bristol: Policy press, 2011.

JONES, C.; FERGUSON, I.; LAVALETTE, M.; PENKETH, L. **The Social Work Manifesto**. 2004. Available in: <<http://www.socialworkfuture.org/about-swan/national-organisation/manifesto>>.

KLEIN, N. **The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism**. London: Penguin, 2007.

LAVALETTE, M. **George Lansbury and the Rebel Councillors of Poplar**. London: Bookmarks, 2006.

LAVALETTE, M. (ed). **Radical Social Work Today**. Bristol: Policy Press, 2011.

LAVALETTE, M.; FERGUSON, I. **International Social Work and the Radical Tradition**. Birmingham: Venture Press, 2007.

LAVALETTE, M.; IOAKIMIDIS, V. (eds). **Social Work in Extremis**. Bristol: Policy Press, 2011.

LAVALETTE, M.; LEVINE, B. **Samidoun: grass roots welfare and popular resistance in Beirut during the 33 day war of 2006**. In: LAVALETTE, M.; IOAKIMIDIS, V. (eds). **Social Work in Extremis**. Bristol: Policy Press, 2011.

LAVALETTE, M.; MOONEY, G. (eds). **Class Struggle and Social Welfare**. London: Routledge, 2002.

LISTER, J. **The NHS after 60: for patients or profit?** London: Middlesex University Press, 2008.

LOWE, R. **The Welfare State in Britain Since 1945**. London: Palgrave Macmillan, 1993.

MINTON, A. **Ground Control: fear and happiness in the twenty-first-century city**. Harmondsworth: Penguin, 2009.

MISHRA, R. **The Welfare State in Crisis**. London: Prentice Hall, 1983.

MOONEY, G. New Labour and the Management of Welfare. In: LAVALETTE, M.; PRATT, A. (eds). **Social Policy: theories, concepts and issues**. London: Sage, 2006.

MOONEY, G.; LAW, A. **New Labour/Hard Labour**. Bristol: Policy Press, 2007.

MYNOTT, E. Compromise, collaboration and collective resistance: different strategies in the war against asylum seekers. In: FERGUSON et al. (eds). **Globalisation, Global Justice and Social Work**. London: Routledge, 2005.

NADASEN, P. **Welfare Warriors**. New York: Routledge, 2005.

O'GRADY, S. Now the real economic pain starts: yes, it's 'worse-off Wednesday'. **The Independent**, 6 Apr. 2011.

PAYNE, M. **Modern Social Work Theory**. 3rd Ed. London: Macmillan, 2005.

PENKETH, L. **Tackling Institutional Racism**. Bristol: Policy Press, 1998.

POLLOCK, A. **NHS plc**. London: Verso, 2004.

PUBLIC AND CIVIL SERVANTS. **There is an alternative**: the case against cuts in public spending. Available in: <<http://www.pcs.org.uk/en/campaigns/campaign-resources/there-is-an-alternative-the-case-against-cuts-in-public-spending.cfm>>. Accessed: 21 Feb. 2011.

REISCH, M.; ANDREWS, J. **The road not taken**: a history of radical social work in the US. London: Edward Allen, 2002.

TELONI, D. Grassroots community social work with the 'unwanted': the case of Kinisi and the rights of refugees and migrants in Petras. In: LAVALETTE, M.; IOAKIMIDIS, V. (eds). **Social Work in Extremis**. Bristol: Policy Press, 2011.

TIMMINS, N. **The five giants**: a biography of the welfare state. London: Fontana, 1995.

TREANOR, J. Banks Agree £200bn for businesses but pay talks unresolved. **The Guardian**, 21 Dec. 2010. Available in: <<http://www.guardian.co.uk/business/2010/dec/21/banks-agree-lend-business-pay-talks?INTCMP=SRCH>>. Accessed: 21 Feb. 2011.

TUC. **Long Hours Culture**. 2011. Available in: <<http://www.tuc.org.uk/workplace/in-dex.cfm?mins=315&minors=302&majorsubjectID=2#factfile>>. Accessed: 4 Apr. 2011.

TURNER, G. Same old ideology. **Socialist Review**, n. 352, Nov. 2010.

UNISON. **Still slipping through the net? Front-line staff assess children's safeguarding progress**. 2009. Available in: <www.unison.org.uk/acrobat/B4416.pdf>.

WHITE, S. **Getting IT wrong? Despatches from the front-line of chil-**

dren's social care. Glasgow: Social Work Action Network, 2008. Available in: <www.socialworkfuture.org/?p=83>.

WHITE, S.; HALL, C.; PECKOVER, S. The descriptive tyranny of the Common Assessment Framework: technologies of categorisation and professional practice in child welfare. **British Journal of Social Work**, v. 39, n. 7, p. 1197-1217, 2009.

WHITFIELD, D. **Public Services or Corporate Welfare.** London: Pluto Press, 2001.

WHITFIELD, D. **Global Auction of Public Assets.** London: Spokesman, 2009.

WILKINSON, R. **The Impact of Inequality.** New York: New Press, 2005.

WILKINSON, R.; PICKETT, K. **The Spirit Level: Why more equal societies almost always do better.** London: Penguin, 2009.

WRIGGLEY, T. **Another School is Possible.** London: Bookmarks, 2006.